

Integridade construída nas relações, gestão de riscos incorporada às decisões e governança para acompanhar o avanço da inteligência artificial. Esses foram alguns dos temas que marcaram o primeiro dia da 5ª Semana de Compliance Anahp, nesta quarta-feira (26)

Promovido em formato online, o encontro reuniu dois painéis sobre **desafios atuais do compliance na saúde, que vão da construção de referências comuns de integridade entre os diferentes atores do setor aos cuidados necessários para o uso responsável da inteligência artificial.**

Na abertura, o **diretor-executivo da Anahp, Antônio Britto**, lembrou iniciativas desenvolvidas pela Associação nos últimos anos, como a **criação do Conselho de Ética, do Código de Ética e do processo de reconhecimento das práticas de compliance dos hospitais associados**. Para Britto, compliance é **parte indissociável da atividade hospitalar e deve caminhar junto com qualidade e ética.**

O compliance nas relações

O primeiro painel, “Compliance em rede: construindo a cultura de integridade na Saúde”, reuniu:

- **Vivian Sueiro**, gerente de Compliance da Anahp;
- **Felipe Chiattonne Alves**, diretor Jurídico, Compliance e Propriedade Intelectual da Interfarma;
- **Lidiane Mazzoni**, advogada e sócia da SPLaw Advogados (moderação).

Hospitais, médicos, operadoras, indústria, fornecedores, pacientes, órgãos públicos e reguladores convivem em uma cadeia na qual decisões e riscos atravessam os limites de uma única organização.

É justamente nessas relações que surgem muitos dos desafios de integridade, o que exige referências comuns e responsabilidades que alcancem diferentes elos do setor.

Felipe Chiattonne Alves apresentou a experiência da Interfarma, que reúne 41 empresas da indústria farmacêutica de inovação e mantém há quase 19 anos um Código de Conduta seguido por suas associadas. O documento estabelece padrões éticos para as relações entre diferentes atores e é atualizado periodicamente para acompanhar mudanças do setor e novos riscos.

Na prática, isso envolve:

- **Autorregulação:** permite reagir com mais rapidez a situações ainda não plenamente contempladas pela legislação, complementando as regras existentes e qualificando o diálogo regulatório.
- **Princípios compartilhados:** em um setor com interesses e responsabilidades diferentes, um alinhamento completo é pouco realista. O objetivo é estabelecer referências comuns para as relações.
- **Governança e transparência:** os riscos aparecem nas interações do dia a dia, por isso códigos e políticas precisam estar acompanhados de responsabilidades bem definidas.

Nem todas as situações podem ser prevenidas. Por isso, são necessárias regras claras sobre como investigar problemas, corrigir processos e adotar as medidas cabíveis.

Os efeitos também podem ser coletivos. Uma ocorrência envolvendo uma organização pode afetar a percepção sobre todo um segmento, o que amplia a importância de referências comuns de integridade.

[DESTAQUE]

Integridade em rede

Nenhum elo consegue enfrentar sozinho os riscos de uma cadeia tão interdependente. Princípios comuns, transparência e responsabilidades compartilhadas ajudam a fortalecer todo o sistema.

Compliance na cultura

Um dos sinais de amadurecimento é a discussão sobre compliance alcançar outras áreas. Quando profissionais de comunicação, comercial ou outras frentes passam a identificar conflitos de interesse, riscos ou cuidados necessários antes de uma decisão, a integridade começa a fazer parte da cultura institucional.

Com isso, o compliance ganha espaço como apoio às decisões. A gestão de riscos passa a considerar o contexto de cada situação e a contribuir para escolhas mais seguras, fortalecendo também a confiança na instituição.

Nesse sentido, a integridade pode se tornar um diferencial para a organização.

A experiência da Anahp

Vivian Sueiro apontou o **hospital como centro de convergência do compliance na saúde**, por reunir em seu dia a dia fontes pagadoras, indústria, laboratórios, prestadores de serviços, profissionais e órgãos reguladores.

Para apoiar os associados nesse ambiente, a Anahp mantém **Conselho de Ética, Código de Ética, GT de Compliance, canal de denúncias, capacitações e o Selo de Excelência Anahp - Compliance**.

O **GT de Compliance** funciona como **espaço de troca entre os hospitais, permitindo compartilhar experiências, discutir riscos e aprofundar temas que surgem no dia a dia**.

O Código de Ética reúne recomendações relacionadas à ética médica, à qualidade da assistência e às práticas de compliance e, desde 2024, sua adesão é requisito para associação e permanência dos hospitais na Anahp.

Já o Selo utiliza uma auditoria independente para avaliar cinco dimensões:

- governança;
- treinamentos;
- gestão de riscos;
- tratamento de denúncias;
- investigação e medidas disciplinares.

Na primeira edição, a média de atendimento aos requisitos foi de 69%. Em 2026, o resultado médio chegou, até o momento, a 75%. Entre os hospitais que participaram pelo segundo ano consecutivo, a média alcançou 86%, e todos apresentaram evolução em relação à avaliação anterior.

Os resultados também mostram como a avaliação pode contribuir para o aprendizado e a melhoria das práticas. O tratamento de denúncias aparece como a dimensão mais desenvolvida entre as instituições avaliadas, seguido por treinamentos e governança. **As principais oportunidades estão em investigação, medidas disciplinares e em gestão de riscos.**

Os hospitais recebem um relatório que pode ser transformado em **plano de ação**. As informações também ajudam a identificar **temas para novas capacitações e discussões dentro da**

Associação.

IA, dados e confiança

O segundo painel, “IA, Dados e Confiança: os novos desafios do compliance na governança de dados e de IA”, reuniu:

- **Rogéria Leoni**, diretora executiva do Einstein Hospital Israelita;
- **Guilherme Seigo Matsumoto**, coordenador de Privacidade e Governança de IA da Gol Linhas Aéreas.

A inteligência artificial já participa de decisões clínicas, operacionais, financeiras, jurídicas e estratégicas e a **discussão sobre compliance vai além da proteção dos dados e do cumprimento da legislação.**

Também envolve uso legítimo das informações, identificação de riscos e vieses, supervisão humana e definição clara de responsabilidades.

À medida que dados passam a alimentar sistemas de IA e apoiar decisões, sua confiabilidade, transparência e uso responsável também se tornam parte central dessa governança.

Para Guilherme, privacidade, governança de dados e IA precisam deixar de ser tratadas apenas como obrigações regulatórias e entrar nas decisões da organização. Ele destacou três pontos:

- **Tecnologia:** ferramentas capazes de acompanhar dados, sistemas e aplicações em grande escala;
- **Conhecimento aplicado ao negócio:** traduzir regras e requisitos para a realidade dos processos e das decisões;
- **Alinhamento estratégico:** garantir que liderança e áreas de negócio reconheçam governança e privacidade como parte da estratégia e da gestão de riscos.

Como a tecnologia evolui rapidamente, essa estrutura também precisa acompanhar as mudanças, com revisão de processos, regras e conhecimentos à medida que surgem novas aplicações e novos riscos.

Pessoas tomam as decisões

Um dos principais riscos discutidos foi a **terceirização de decisões sensíveis para sistemas de inteligência artificial ou a aceitação de suas respostas sem análise crítica.**

Mesmo quando existe revisão humana, a forma convincente como uma resposta é apresentada pode influenciar o julgamento do profissional. **Por isso, supervisão humana não significa apenas manter uma pessoa no processo, mas garantir que ela tenha condições de avaliar criticamente o resultado.**

Na saúde, isso reforça a necessidade de treinamento, regras de uso e clareza sobre quais informações podem ser inseridas nas ferramentas e até onde seus resultados podem apoiar uma decisão.

[DESTAQUE]

A IA apoia decisões, mas a responsabilidade continua humana.

Cabe às organizações definir os limites de uso das ferramentas e as situações em que a avaliação humana é indispensável.

Governança com papéis bem definidos

A área que cria ou implementa uma solução de IA não deve ser a única responsável por avaliar seus riscos e aprovar seu uso.

A governança precisa reunir diferentes competências para analisar a necessidade da tecnologia, o tratamento dos dados, os requisitos regulatórios e a segurança da infraestrutura. Na experiência apresentada por Guilherme, esse trabalho **envolve áreas como privacidade, compliance, cibersegurança, segurança da informação e arquitetura e infraestrutura.**

A governança também precisa alcançar o uso cotidiano da tecnologia, com orientações e treinamentos que deixem claro o que pode ou não ser compartilhado com ferramentas de IA.

O cuidado alcança ainda os fornecedores. Quando um terceiro utiliza inteligência artificial para tratar dados ou informações da organização, é necessário avaliar os riscos da solução e sua maturidade em governança de IA.

Confiança se constrói também na resposta

Mesmo com controles e processos estruturados, incidentes podem acontecer. A confiança depende, então, da preparação para identificá-los, da capacidade de resposta e da transparência com as pessoas afetadas.

O debate reforçou que a governança de dados e de IA, assim como o compliance, precisa participar das decisões da organização, ajudando a definir responsabilidades, limites de uso e critérios para que a inovação avance com segurança.

Fonte: Anahp, em 27.08.2026